

Da guerrilha ao partido: transformações políticas na trajetória da Ação Libertadora Nacional a partir do caso da Tendência Leninista 1967 – 1973

From the guerrilla to the party: political transformations in the trajectory of the Ação Libertadora Nacional from the case of the Leninist Tendency 1967 – 1973

Carlos Eduardo Malaguti Camacho

RESUMO

Este artigo busca recuperar a trajetória da Ação Libertadora Nacional, desde sua fundação no ano de 1967 até os momentos em que a repressão atingiu severamente o grupo, nos anos de 1969 e 1970. Ao historicizar essa trajetória, será destacada a relação estabelecida entre as concepções teóricas da organização e os resultados práticos das possibilidades de ação, sempre mediadas pela insegurança e instabilidade da ação guerrilheira. Posteriormente, será analisado o documento *Uma autocrítica necessária*, publicado em 1971, que representa um dos primeiros momentos em que integrantes do grupo passaram a questionar a ação armada como caminho para a instauração do socialismo no Brasil. O diálogo com esse documento se mostrou profícuo para a apresentação de algumas hipóteses que podem lançar luz à novas perspectivas sobre o fenômeno da luta armada no Brasil.

Palavras-chave: Guerrilha; Esquerdas; Ditadura Militar; Leninismo

ABSTRACT

This article seeks to recover the trajectory of Ação Libertadora Nacional, from its foundation in 1967 to the moments when repression severely hit the group in 1969 and 1970. By historicizing this trajectory, the relationship established will be highlighted between the theoretical conceptions of the organization and the practical results of the possibilities of action, always mediated by the insecurity and instability of the guerrilla action. Subsequently, the document *Uma autocrítica necessária*, published in 1971, will be analyzed. It represents one of the first moments in which members of the group began to question armed action as a way to establish socialism in Brazil. The dialogue with this document proved to be fruitful for the presentation of some hypotheses that could shed light on new perspectives on the phenomenon of armed struggle in Brazil.

Keywords: Guerrilla; Lefts; Military dictatorship; Leninism



INFORMAÇÃO:

<https://doi.org/10.46652/pacha.v2i6.72>
ISSN 2697-3677
Vol. 2, No. 6, 2021. e21072
Quito, Ecuador
Enviado em: 13 de Setembro de 2021
Aceito: 02 de Novembro de 2021
Publicado em: 22 de Novembro de 2021
Publicação contínua
Seção Geral | Revisado por pares



AUTOR:

 Carlos Eduardo Malaguti Camacho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Brasil
cmalagutti@gmail.com

Conflito de interesses

O autor declara que não existe um possível conflito de interesses.

Financiamento

Não houve assistência financeira de partes externas para este artigo.

Agradecimento

N/A

Nota

N/A

ENTIDAD EDITORA



1. Introdução

A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi o mais importante grupo de luta armada que surgiu no Brasil no contexto da renovação da esquerda durante as décadas de 1960 e 1970. Sua importância se expressa em diversos fatores, como por exemplo, na quantidade de militantes reunidos sob sua sigla, suas impactantes ações militaristas e principalmente por ter tido como principal liderança e fundador a figura de Carlos Marighella. Por diversos fatores, a ALN se configurou dialeticamente como expressão e vetor de uma mudança de paradigmas pela qual a esquerda brasileira passou nesse período, colocando fim à hegemonia pecebista na esquerda brasileira. No entanto, sua atuação não rompeu com a tradição política brasileira e sua derrota extremamente impactante. Ainda assim, o desmonte do grupo também levou consigo um processo de reflexão e discussão que é carregado de significados políticos e simbólicos no que diz respeito a experiência da luta armada no Brasil no particular e nas novas orientações táticas e estratégias da esquerda brasileira em âmbito geral (de Castro Palhares & de Moraes Cicero, 2020)

Nesse sentido, este artigo procura analisar brevemente a trajetória da Ação Libertadora Nacional como sendo este elemento de tensionamento da esquerda brasileira em um período de profunda transformação nas esquerdas da América Latina e também no mundo. E a partir dessa discussão, também será analisado como a ALN apresentou dentro da sua própria militância uma discussão que mais uma vez transformou o paradigma revolucionário, trazendo de novo a importância do partido e das massas, ainda que renovado. Esse documento será utilizado para promover uma reflexão teórica e metodológica sobre a historiografia referente ao tema da luta armada e algumas hipóteses e possibilidades serão apresentadas a partir dele.

A luta armada é um tema bastante estudado no Brasil desde o processo de redemocratização, tendo se constituído em uma corrente bastante forte dos estudos sobre a Ditadura Militar e sobre os processos de resistência ao regime autoritário. De maneira geral, costuma-se definir como obras canônicas os livros de Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti, por terem sido as primeiras obras abrangentes sobre o tema e também por se tratarem de estudos que tiveram como objetivo reconstituir de maneira geral a luta armada, analisando-a e dotando-a de sentido histórico e político. E de maneira bastante específica, os três autores se debruçaram sobre a difícil tarefa de compreender os motivos e os significados da derrota dessa experiência.

Jacob Gorender, no livro *Combate nas Trevas*, reconstitui a trajetória da experiência armada a partir de cruzamento de fontes primárias e de suas próprias memórias, já que ele próprio foi militante guerrilheiro, conduzindo o leitor por uma análise historiográfica e política daquele período. Suas conclusões apontam para a experiência guerrilheira como uma resposta tardia ao Golpe de 1964 e sua derrota seria eminente, uma vez que o inimigo, no caso a Ditadura Militar, estava fortalecida perante a sociedade (Gorender, 2014). Daniel Aarão Reis, escreveu o livro *A Revolução faltou ao encontro*, ancorado por uma vasta bibliografia inédita que foi fundamental para a reconstrução de toda a constelação dos grupos guerrilheiros. Suas conclusões indicariam que a sociedade brasileira não estava preparada para aquele processo revolucionário e por isso a luta armada não encontrou mecanismos para se introyetar nas massas, desencadeando assim um movimento revolucionário (Reis, 1990). Já Marcelo Ridenti, o único dos três que não participou diretamente dos movimentos guerrilheiros, também identifica como um problema central do projeto revolucionário a ausência de inserção nas massas, oferecendo para isso respostas que passam pelo extremismo das ações violentas. Essas três obras são fundamentais na historiografia pois além de estabelecerem a reconstituição histórica das organizações revolucionárias, procuram interpretá-las com o intuito de indicar possíveis respostas para o seu fracasso enquanto experiências revolucionárias (Ridenti, 2010).

De modo geral, os três autores apontam que a explicação para essa derrota passa pela incapacidade desses projetos conquistarem apoio popular entre as massas e com isso, a luta armada acabou se isolando, inclusive de outros grupos contrários ao regime militar, o que facilitou seu desmonte pela repressão. Enxergam, assim, motivos externos para o fracasso da ação guerrilheira. No entanto, suas pesquisas se colocam como interpretações posteriores aos significados daquele movimento armado. Por isso, nos interessa nessa pesquisa analisar o que os protagonistas desse processo concluíram sobre suas ações, investigando quais os debates e que reflexão foi feita sobre a derrota desse projeto, justamente no olho do furacão, no momento em que havia a necessidade de lidar com essa derrota.

Sendo assim, o texto buscará historicizar a trajetória da Ação Libertadora Nacional desde seus primeiros passos até o fim da sua primeira fase de atuação guerrilheira, marcada pelas mortes de Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira, mortos pela repressão nos anos de 1969 e 1970, respectivamente. Em seguida, será analisada a primeira grande discussão sobre os rumos da guerrilha como ferramenta para se fazer a revolução. Por fim, será apresentada algumas hipóteses referentes aos significados da revisão sobre a luta armada feita pelos militantes da ALN no exílio.

O objetivo central desse artigo é lançar luz sobre novas perspectivas do significado da luta armada no Brasil, bem como o início do processo de revisão pela qual essa metodologia de luta passou já no início dos anos 1970. A hipótese levantada é que essa revisão iniciada a partir do documento “Uma autocrítica necessária” condicionou o processo de leitura sobre esse fenômeno político.

2. Metodologia.

A metodologia utilizada na análise das fontes foi a realização da leitura e interpretação dos documentos na sua materialidade, identificando o tempo histórico e o formato em que esses documentos foram escritos; sobretudo, qual o sentido da sua publicação. Foram selecionados um conjunto de documentos internos das organizações de esquerda e também será analisado um conjunto de documentos que visava a divulgação dos ideais dos grupos para os demais cidadãos.

Para isso, selecionamos um conjunto de três importantes documentos produzidos pela organização armada: os textos *Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo*, *Carta ao Comitê Central* e *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, cuja a produção foi feita por Carlos Marighella, principal liderança da ALN. Analisaremos esses textos com o objetivo de caracterizar a forma de luta pela qual esse grupo guerrilheiro se organizou. Entendemos que esses textos expressaram a concepção política da organização e são fundamentais para identificar os postulados que orientaram a ação do grupo.

Em seguida, será analisado os textos *Uma autocrítica necessária*, escrita pela dissidência *Tendência Leninista*, que é o primeiro documento interno que aponta para uma revisão sobre a metodologia de luta utilizada. Por fim, será analisado o documento escrito por João da Silva, integrante do Grupo Tático Armado da ALN, que oferece críticas à dissidência do grupo.

A análise desse conjunto de fontes permite uma reflexão mais aprofundada sobre os significados da luta armada no Brasil que não esteja atrelada a uma interpretação hegemônica sobre os significados da luta armada no Brasil. Compreende-se que o trabalho do historiador é analisar a documentação de maneira crítica para que seja possível construir explicações causais sem que a memória ou o esquecimento impactem de maneira estruturante as conclusões.

3. Desenvolvimento.

Para iniciar essa análise, será reconstituída brevemente a trajetória de formação da Ação Libertadora Nacional na década de 1960.

A Ação Libertadora Nacional foi uma organização de luta armada formada no ano de 1967, fruto de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro. Para alguns estudiosos do tema, a ALN nasceu sob impacto direto do Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade, a OLAS, pois foi em Cuba que Carlos Marighella, fundador e principal líder da ALN escreveu a *Carta de desligamento do PCB*, na qual explicitou ter abandonado por completo outras propostas de resistência e de luta contra a ditadura que não fossem a via armada. Esse congresso tinha como objetivo colocar Cuba como gestora e base de apoio das revoluções latino-americanas, e no qual foi lida a mensagem que Guevara escreveu nas montanhas bolivianas. O guerrilheiro defendia o conceito de revolução mundial, o internacionalismo operário e a inevitabilidade da luta armada.

Marighella, que em 1965 era secretário executivo do Partido em São Paulo, se tornou um dos principais críticos da atuação do PCB, defendendo que outras formas de luta fossem utilizadas para além da via democrática. Essa formulação apareceu pela primeira vez de maneira sistematizada em seu livro publicado em 1965, intitulado *Porque resisti à prisão*. Nesse livro, ao relatar a abordagem de agentes do DOPS em 1964 ao tentarem prendê-lo em um cinema de São Paulo, Marighella criticou a incipiente resistência da esquerda à Ditadura Militar. Já no livro *A Crise brasileira*, de 1966, é que a luta armada aparece como força que desencadearia o processo de derrocada do regime autoritário.

Contudo, o Golpe militar de 1964 tem importância decisiva na criação da ALN. A instauração do regime ditatorial modificou as estruturas políticas, econômicas e culturais presentes na sociedade brasileira. Ocorreu a institucionalização do aparelho repressivo que cerceou as oposições e deu início ao processo de caça aos comunistas, identificados como o inimigo interno do regime. Essa configuração do regime militar foi embasada pela Doutrina de Segurança Nacional, instaurando a lógica da contra insurgência (Padrós, 2005).

Após o golpe de 1964, a luta armada ganhou destaque na esquerda brasileira, principalmente em alguns setores do PCB. Mas a direção do Partido optou pela via da luta democrática, criticando práticas políticas que não fossem consideradas massivas, criando uma tensão interna entre setores favoráveis e contrários à via armada. Os setores favoráveis se fortaleceram com a realização do Congresso da OLAS e passaram a adotar a concepção *guevarista*, defendendo que a luta armada deveria ser central no processo de combate contra o regime militar (Sales, 2007). A OLAS tinha exatamente o propósito de apoiar os movimentos de luta armada e grupos guerrilheiros no chamado terceiro mundo, como uma espécie de nova “Internacional”. *A Mensagem à Tricontinental*, escrita por Guevara nas montanhas bolivianas no início de 1967, demonstra o caráter internacionalista da revolução socialista, e também a intenção de colocar o terceiro mundo como o lugar da revolução (Lowi, 2006).

A importância da OLAS fez com que a historiografia projetasse uma imagem da ALN como sendo uma organização de luta armada de orientação *guevarista*. No entanto, como será visto ao longo do texto, a influência do *guevarismo* se localiza no imperativo de ação forjado pela experiência cubana e não como um modelo ideológico, tático e estratégico renovado. Nesse sentido, mesmo que tais ideias tenham incidido no pensamento de Marighella, outras ideologias e fenômenos políticos também tiveram importância na formação da ALN. Isso se observa de maneira ainda mais decisiva, ao considerarmos a cultura política comunista hegemônica no Brasil pelo PCB durante a primeira metade do século XX. Para entender a formação da ALN, é preciso recuperar o processo da perda da hegemonia do Partido Comunista Brasileiro dentro da esquerda deste país (Gramsci, 2000 e Motta, 2013).

A partir de 1964, o Brasil mergulhou em um período de fim das liberdades democráticas e as aspirações da esquerda, que eram capitaneadas pelo PCB, foram totalmente pulverizadas. O Partido Comunista Brasileiro, principal órgão da esquerda à época foi duramente criticado por diversos setores da própria esquerda por duas questões: ter interpretado de maneira equivocada o projeto político de João Goulart, e não ter se preparado para resistir ao golpe, passando a ser visto por alguns setores da esquerda como grande responsável por aquela derrota (Gorender, 2014).

Durante o governo de Goulart, ligado às correntes trabalhistas e herdeiro político de Getúlio Vargas, foram defendidos projetos de mudanças estruturais para a sociedade brasileira, tais como a reforma agrária, a reforma universitária e a reforma política. O PCB, liderado nacionalmente por Luiz Carlos Prestes, optou por apoiar as “reformas de base” de Jango, seguindo o princípio defendido pela IV Internacional Comunista, que fazia a leitura do processo revolucionário brasileiro – e nos demais países do chamado terceiro mundo – a partir da perspectiva etapista da revolução comunista (Dória, 1998). Segundo as diretrizes assumidas nesse congresso, os países não industrializados ainda possuíam características “pré-capitalistas”, e portanto, precisavam realizar a revolução burguesa para posteriormente caminharem para o socialismo. Sendo assim, a primeira fase do processo revolucionário aconteceria a partir da união de classes sociais, incluindo a burguesia nacional, com vistas à desenvolver a economia brasileira.

Essa ideologia pecebista se destacou durante os anos 1950, e teve como expressão o relatório de março de 1958, originado no congresso do partido e que indicou o privilégio da via pacífica no processo revolucionário ao mesmo tempo que definia como eixo de atuação o rompimento com o imperialismo norte-americano. Portanto, em 1958 o PCB definiu sua agenda política como sendo a da luta democrática em prol do desenvolvimento econômico para acabar com a dependência estadunidense. Influenciados por essa leitura, integrantes do PCB vislumbravam nos governos chamados de nacionais-desenvolvimentistas uma forma de realizar essa primeira etapa do processo. Isso se intensificou com as propostas reformistas feitas por Goulart, vistas, pelo PCB, como uma possibilidade de desenvolver essa primeira etapa no processo revolucionário brasileiro (Chilcote, 1982).

Essa posição pecebista se consolidou após a divulgação do relatório Krushev de 1956, que mostrou ao mundo os crimes cometidos por Stálin. A divulgação desse relatório impactou fortemente o PCB, levando-o à adoção do princípio da coexistência pacífica, linha adotada pelo Partido Comunista da União Soviética. O princípio de coexistência pacífica delineava certos pontos que condenavam o conflito direto na revolução e apontavam uma transição pacífica para implantar o comunismo. Aqui se percebe a tendência interna do Partido Comunista Brasileiro de fazer a leitura da realidade brasileira a partir do pensamento do PCUS. E foi a partir dessa inflexão que o PCB tomou os rumos de optar pela via democrática no processo revolucionário (De Oliveira, 2016).

Ainda que essa linha tenha se tornado hegemônica dentro do partido, ela foi criticada por alguns de seus integrantes, como pode ser verificado na cisão que levou à criação do PC do B, o Partido Comunista do Brasil. O PC do B nasceu em setembro de 1962, após um grupo de militantes que criticaram as modificações feitas no estatuto do PCB em 1961 terem sido expulsos. Esse grupo havia lançado um manifesto chamado de “Manifesto dos Cem”, acusando o PCB de que tais modificações aprovadas seria a própria “negação do partido revolucionário”. Acusados de tentar fracionar o partido, foram expulsos, formando no ano seguinte o Partido Comunista do Brasil, que se aliaria do ponto de vista teórico ao maoísmo e ao Partido Comunista Chinês, que seguia com os fundamentos stalinistas.

Ainda assim, mesmo com a dissidência desse grupo, os questionamentos feitos às diretrizes do partido ainda não pautavam a escolha da metodologia de atuação na esfera legal e democrática e sim as alianças de classe propostas pela declaração de março. Portanto, até 1964 não se verificou grupos na esquerda brasileira que adotavam o uso da violência como estratégia para realizar a revolução. É comum as análises acerca da luta armada brasileira retomarem a experiência das Ligas Camponesas, que se iniciaram no ano de 1955, no engenho da Galiléia, em Pernambuco, como sendo um primeiro fenômeno de uso da violência para a transformação social. Ainda que se concorde com essa interpretação, é preciso destacar o conflito entre as Ligas e o PCB, que a despeito das tentativas, nunca conseguiu atuar como direção do movimento no campo brasileiro justamente pela adesão a via pacífica e sua proposta de aliança de classes. Nesse sentido, as Ligas Camponesas jamais estiveram atreladas de maneira orgânica ao PCB e em nenhum momento foram recuperadas pelos grupos armados que surgiram no Brasil a partir de 1967. Portanto, ainda que as Ligas Camponesas sejam significativas elas não compuseram um fator decisivo para a adesão de alguns militantes ao projeto de luta armada (Ferreira, 2004).

Após o golpe de 1964 se delineou forte tensão no PCB. O partido perdeu importantes quadros políticos. Nesse momento, Carlos Marighella apareceu como articulador das críticas ao partido em publicações teóricas. Começou a ganhar destaque a discussão sobre a luta armada para confrontar o regime militar. A direção do partido permaneceu defendendo a chamada via de luta democrática, organizando a resistência através do levante de massas e criticando práticas políticas que não fossem consideradas populares. Marighella, à revelia da diretriz partidária, começou a defender outras formas de luta para além da via democrática. A incorporação da luta armada no plano de ação contra o regime ganhou corpo gradualmente em seu pensamento, aparecendo pela primeira vez de maneira sistemática em seu livro publicado em 1965, intitulado *Porque resisti à prisão* (Magalhães, 2012). Nesse livro, ao relatar a abordagem de agentes do DOPS em 1964 que tentaram prendê-lo em um cinema de São Paulo, Marighella criticou a incipiente resistência da esquerda ao golpe. Formulou propostas de luta contra a Ditadura, defendendo a ampla resistência popular contra o regime, que não teria acontecido no momento do golpe, quando as esquerdas teriam permanecido isoladas e sem base popular. Portanto, é expressivo como o Golpe de 1964 é um influxo em suas concepções estratégicas (Sales, 2007).

O rompimento formal de Marighella aconteceu com a divulgação da *Carta ao comitê Central*, enviada de Cuba para o Partido Comunista Brasileiro, em que ele afirmava a decisão de promover a luta armada no Brasil. Criticando o imobilismo do Partido, ele diz que desejava “tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança” (Marighella, 1967, párr. 3). Marighella deixa claro que, na sua visão, o PCB não tinha ferramentas para enfrentar a ditadura, pois apostava de maneira restrita no caminho pacífico.

Nesse sentido, a carta de Marighella não foi apenas a manifestação de seu desligamento, mas também uma espécie de articulação endereçada aos demais militantes do PCB que também enxergavam o esgotamento da via pacífica e acusavam o imobilismo pecebista como um dos motivos para a derrota no golpe. O desligamento formal representou o processo final de ruptura já iniciado com a obra *Porque resisti a prisão?*

Um dos elementos que expressam a importância da Ação Libertadora Nacional nesse contexto histórico foi a projeção que Marighella e seu grupo tiveram em Cuba, que apoiou materialmente seu projeto revolucionário, indicando a ALN como a organização capaz de realizar a revolução no Brasil e oferecendo treinamento para seus militantes. Entre julho de 1967 e setembro de 1971, a ALN enviou 82 militantes à Cuba. Ou seja, o congresso da OLAS consolidou a adoção da via

armada que já vinha sendo projetada internamente e o apoio material foi mais significativo do que as afiliações ideológicas (Rollemberg, 2001).

Porém, apesar de exercer influência na ALN, o modelo cubano não foi apropriado na sua totalidade e não foi o único a ser vislumbrado. China, Vietnã e Argélia também eram destacados, demonstrando que o modelo teórico era menos importante do que o método empregado. Nesse sentido, a opção pela via armada foi uma marca do fim da hegemonia pecebista na esquerda brasileira, sendo uma espécie de reação à derrota desmoralizadora que o golpe representou, criando um grande fantasma. E esse fantasma acabou se tornando decisivo para que militantes aderissem à via armada, ao condenarem o modelo político de coexistência pacífica como responsável pelo golpe. Os modelos estrangeiros de Cuba, China, Vietnã e Argélia representavam experiências vitoriosas e foram resinificadas pelos militantes da ALN, contando com forte incidência da tradição política do PCB. Em seguida, será apresentado o primeiro documento organizacional da ALN que será utilizado para analisar alguns aspectos da tradição pecebista do grupo.

A primeira manifestação pública da dissidência articulada por Marighella foi o texto intitulado *Pronunciamento do agrupamento comunista em São Paulo*. Publicado em fevereiro de 1968, e que circulou internamente nos órgãos de discussão do partido. Foi assinado como *Agrupamento Comunista de São Paulo*, tendo como integrantes iniciais além do próprio Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Rolando Frati, Adolfo Costa Pinto, Oswaldo Lourenço e Raphael Martinelli. O grupo de militantes anunciou o rompimento final com o Comitê Central do PCB, alegando como motivo a discordância da posição pacífica. Também se afirmou a adoção da posição defendida pela OLAS: “A linha política da ‘Declaração Geral da OLAS’ é a linha que adotamos” (Marighella, 1968, párr. 5).

O principal objetivo do documento foi o de criar visibilidade para a nova organização no seio da esquerda. Ele possui como interlocutor o militante comunista. Observa-se o uso de linguajar característico de militantes, o que revela que não havia ali a intenção de falar ao público mais amplo. Além disso, o final do documento elenca uma série de “tarefas revolucionárias”, que tomam o sentido de convocação. É por isso que o primeiro trecho do documento critica o PCB e faz a defesa da guerrilha como forma de luta. O trecho final desse manifesto retoma essa crítica e reafirma a decisão da luta armada, dizendo que “a mesa de discussão hoje em dia já não une os revolucionários. O que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha”. Portanto, o papel desse primeiro documento do *Agrupamento Comunista*, é o de afirmar o projeto da via armada.

Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda. Seria para nós imperdoável perder tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos e fazendo novas conferências, de onde surgiriam outro Comitê Central, com os mesmos vícios e deformações, já por demais conhecidas (Marighella, 1968, párr. 2).

O discurso visa confrontar o imobilismo das organizações partidárias, sua burocracia e discussões teóricas inócuas. Nota-se que a *ação* é o pressuposto fundamental no pensamento da ALN, sendo definidora da atuação do grupo ao longo de sua trajetória. Ressalta-se esse princípio como sendo o elo de ruptura dentro da tradição da esquerda brasileira que não reagiu diante do golpe de 1964 (Reis Filho, 1990).

Esse documento revelou diversos aspectos centrais das posições tomadas pela nova organização comunista, ressaltando que o trabalho revolucionário deveria começar imediatamente. Por isso, para o *Agrupamento Comunista*, “o plano de trabalho logístico precisa ser posto em prática desde já”. E são estabelecidos o operário e o camponês como os agentes da revolução. Ao tratar do apoio logístico à guerrilha, o documento cita que,

...para isso merece uma importância decisiva o trabalho na área urbana, dado que é impossível a vitória da guerrilha brasileira sem o apoio da cidade. Por sua vez, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e a guerrilha não conseguirá implantar-se se não houver trabalho entre os camponeses ou se ela não estiver intrinsecamente vinculada a eles e não contar com seu apoio (Marighella, 1968, párr. 6).

Esses sujeitos seriam responsáveis por compor o exército revolucionário: “Enfim, o que queremos é construir a estrutura global necessária ao desencadeamento e enraizamento da guerrilha, com seu núcleo armado operário camponês, visando transformá-lo num exército revolucionário de libertação nacional” (Marighella, 1968, párr. 7).

Esse trecho do texto é a expressão de como os líderes da ALN pensavam a revolução brasileira. Para eles, o papel da organização seria servir como vanguarda que visava deflagrar a luta que depois seria enraizada até formar o exército de libertação nacional. Nesse sentido, a pretensão do grupo não era fazer a revolução com apenas aqueles poucos militantes, mas sim servir como desencadeamento do processo revolucionário que teria como protagonista a composição do bloco operário-camponês.

Os debates sobre sujeitos revolucionários é vasto no mundo das esquerdas. De certo modo, a tradição responsável por continuar as ideias de Karl Marx reforçaram o operário como sujeito histórico privilegiado, e por isso a revolução comunista aconteceria em contextos de países industrializados. Essa ideia foi consagrada durante a III Internacional Comunista, que ocorreu na Rússia em 1919, que também definiu como estratégia a exportação da revolução para os demais países. Na resolução desse congresso, os chamados países não industrializados deveriam primeiro promover o desenvolvimento capitalista visando surgir a camada dos proletariados. Foi essa a visão que pautou a criação do Partido Comunista do Brasil em 1922, como uma sessão nacional da III Internacional Comunista.

Essa tradição de compreender o operário como sendo o agente em potencial da revolução comunista sofreu questionamentos na realidade brasileira, porque a conjuntura nacional possuía uma forte presença do trabalhador rural e as relações no campo eram distintas daquelas apresentadas na fábrica. Dentro do PCB, alguns militantes e intelectuais procuraram pensar quais eram as especificidades do caso brasileiro e, principalmente, qual seria o papel do camponês nesse processo (Karepovs, 2006).

O primeiro sinal de atenção do PCB voltada para as massas de trabalhadores rurais aconteceu com a criação do Bloco Operário Camponês, o BOC, em 1927, que ao substituir o Bloco Operário (BO, fundado em 1922) demonstrava o desejo dos dirigentes do partido de incorporar em suas fileiras esse sujeito histórico, na composição da *frente ampla*. (Del Roio, 1998).

Segundo Leonardo Soares dos Santos, com a formação da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, o camponês ganhou destaque entre os comunistas brasileiros, sendo incorporado ao amplo

projeto de aliança para a revolução brasileira. E mesmo com a derrota da insurreição de novembro de 1935, o Comitê Central a considerou vitoriosa e consagrou aquela linha política de ampla aliança, considerando a figura do camponês como sendo central no processo. Durante a década de 1940 os debates internos no PCB levaram o partido a adotar a estratégia de se consolidar como um partido de massas e para isso estabeleceu-se como prioridade a atuação no dia a dia e nos problemas locais dos trabalhadores brasileiros, estivessem eles nas fábricas ou nas fazendas. No momento em que o partidão se definiu como uma das principais forças da esquerda brasileira, com diversos deputados eleitos em 1946, ele projetou o imaginário dos sujeitos revolucionários na aliança operário-camponesa (Dos Santos, 2009).

Essa tradição construída ao longo das três primeiras décadas da trajetória pecebista impactou de modo considerável o pensamento da esquerda brasileira e continuou sendo um prisma nos anos que se seguiram. E nesse sentido, a visão dos sujeitos revolucionários que permearam o discurso da Ação Libertadora Nacional quando esta foi fundada em 1967 ainda era representativa da tradição pecebista. Portanto, mesmo que no plano do discurso houve repetidas vezes a ideia de ruptura com essa tradição no que dizia respeito ao suposto imobilismo partidário, a ALN teve forte incidência dela na sua linha ideológica, como a interpretação dos sujeitos revolucionários demonstra.

A ruptura política iniciada pela criação da Ação Libertadora Nacional dentro da esquerda brasileira se configura como uma crítica ao imobilismo representado pelo Partido Comunista Brasileiro na sua estratégia de luta, mas não significou uma releitura política ou ideológica sobre como seria a revolução brasileira. Em diversos aspectos, os pressupostos revolucionários da ALN demonstram um viés de continuidade da tradição pecebista. Nesse sentido, o surgimento do movimento guerrilheiro nesse período é uma espécie de síntese dos processos internos, o Golpe de 1964 e a implementação da Ditadura Militar, e dos processos externos, o imperativo de revolução representado pelos exemplos vitoriosos de Cuba, China, Vietnã e Argélia.

Por outro lado, apesar de suas concepções teóricas não terem significado elementos de ruptura nas concepções políticas da esquerda brasileira, a trajetória da ALN carregou consigo um elemento de tensionamento que expressou reflexões importantes para a tradição da esquerda brasileira. Esse tensionamento, no entanto, foi verificado no processo de repressão e desmonte da organização guerrilheira, como será apresentado a seguir.

O processo de transformação pela qual a ALN começou a passar no final da década de 1960 se iniciou com a promulgação do Ato Institucional número 5, e se concluiu com a criação da Operação Bandeirante, a OBAN, que posteriormente se institucionalizaria no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI. Para o regime militar, de modo geral, o AI-5 significou o golpe dentro do golpe (Napolitano, 2014). Já para as experiências de luta armada, o surgimento da OBAN significou o desmantelamento e a derrota praticamente total de suas organizações (Joffily, 2013).

Para a Ação Libertadora Nacional em específico, tais eventos ganharam contornos ainda mais drásticos, pois ela foi cunhada pelos organismos de repressão como sendo a principal inimiga a ser combatida. Esse quadro foi responsável para que seguidas derrotas nos anos de 1969 e 1970 resultassem nas mortes dos dois principais líderes do grupo – Marighella e Ferreira – e na prisão de uma centena de militantes que atuavam em São Paulo. Como será abordado a partir de agora, essa nova conjuntura política de repressão ainda mais forte foi responsável por uma inflexão decisiva na experiência armada da ALN, fazendo com que a partir de 1970 o grupo experimentasse tipos de ações completamente distintas, modificando substancialmente suas práticas revolucionárias,

iniciando um novo momento na trajetória do grupo.

Mariana Joffily mostra como a instauração da Operação Bandeirante foi decisiva para desarticular as organizações de esquerda armada através da obtenção de informação de maneira instantânea para combater atos “terroristas”. A autora destaca que para combater as ações realizadas pela guerrilha urbana, a repressão criou uma operação baseada na obtenção de informações, que por sua vez, seriam coletadas através da tortura de militantes presos. Os órgãos de repressão formaram uma ação em conjunto com diversas unidades do 2º Exército, cujo objetivo era investigar as ações de cunho político. Recolheriam todas as informações possíveis sobre o tema e analisariam os processos que tinham como alvo militantes de organizações armadas. A partir da formação desse núcleo especializado, diversos militantes das organizações clandestinas já atuantes – principalmente da ALN – começaram a ser presos, resultando assim em severas baixas para as organizações (Joffily, 2013).

Com essa perseguição institucionalizada, a luta armada passou por momentos de intensa repressão, tendo que enfrentar, pela primeira vez, o regime militar munido de ferramentas próprias para combater suas ações. Não foi por acaso que a ALN, em específico, investiu de maneira quase que irrestrita, nas estratégias que significavam as maiores vitórias do grupo, as chamadas expropriações através dos assaltos aos bancos. Esse aspecto acabou por forjar uma identidade muito forte na ALN, fazendo com que a mesma passasse a ser vista como uma organização de guerrilha urbana, ainda que o foco do grupo jamais deixou de ser a luta no campo.

Esse momento marcou uma inflexão na trajetória da organização guerrilheira. A repressão foi responsável por prender e indiciar 143 militantes da ALN, segundo consta relatório do DOPS de 17 de março de 1970. Alguns militantes, como Takao Amano, eram importantes membros do grupo tático armado, responsáveis por realizar ações de expropriação e assalto. Nesse sentido, a prisão de mais de uma centena de membros demonstra como o grupo foi desestruturado pela repressão institucionalizada do regime militar, fazendo com que a força militar começasse a ser controlada e até mesmo as ações de expropriação de dinheiro e de armas, vitoriosas nos primeiros anos do grupo, começaram a ser fortemente contidas.

A atuação da OBAN teve como resultado a morte de Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969, vítima de uma emboscada armada pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Isso representou, do ponto de vista simbólico, a perda do grande mentor da luta armada no Brasil e líder para toda a esquerda radicalizada. Na prática ela também resultou na perda das estruturas que serviram de base para o lançamento da guerrilha rural. Segundo Denise Rollemberg, o fundador da organização concebia a mesma como uma grande rede de atuação em diversos lugares e setores distintos, principalmente para a implantação da guerrilha rural. Ele era o responsável por coordenar essas ações, principalmente alugando sítios em regiões do interior e fazendo contatos com camponeses para que fosse possível implementar a guerrilha no campo. Tudo isso era articulado por ele próprio, e quando aconteceu seu assassinato, todas as informações se perderam (Rollemberg, 2007). Isso gerou a necessidade de reformular as ações, as lideranças e organizar a entrada de novos membros, reestruturando a forma pela qual o grupo se organizava.

A morte de Marighella foi um duro golpe entre as esquerdas no Brasil, tanto que depoimentos de ex-guerrilheiros das organizações afirmam que quando isso aconteceu o choque foi muito grande, como se tivessem, de fato, perdido o grande símbolo da luta armada (Gorender, 2014). Diante dessa perda, a ALN manteve o projeto revolucionário, que não foi questionado em momento nenhum, e a morte de Marighella foi mobilizada como um elemento de encorajamento para seguir com a guerrilha, conforme demonstra o texto de Joaquim Câmara Ferreira publicado no mês de novembro de 1969, intitulado *Marighella: vida e ação criadora*.

Nesse texto se percebe de maneira explícita a tentativa de colocar o antigo líder da ALN no mesmo patamar de Che Guevara, ou seja, um revolucionário que deu a vida por uma causa. E ao mobilizar esse imaginário, a intenção é de projetar no símbolo dos dois guerrilheiros a continuidade na luta. Tanto que o texto de Câmara Ferreira retomava a trajetória de Marighella, defendendo e explicando o caminho pela luta armada, que o mesmo trilhou ainda quando era militante do PCB.

E ao retomar as ações promovidas pela ALN, afirma-se que ele: “Pessoalmente vai aos bancos em busca dos recursos indispensáveis para financiar o plano revolucionário” (Ferreira, 1969, párr. 4). Há um esforço em representá-lo como ativo e não apenas um homem “das ideias”. Outro ponto que o classifica como líder diz que: “A polícia fareja, mas não tem segurança sobre o verdadeiro sentido dos repetidos assaltos a bancos e atos de sabotagem, nem sabe quem os dirige” (Ferreira, 1969, párr. 2).

E toda essa construção simbólica de sua memória foi utilizada para defender a continuidade da luta guerrilheira: “Há ainda quem pergunte se a ação prosseguirá depois de um golpe tão sério como o assassinato do principal dirigente da organização, do homem que mais contribuiu à mudança de qualidade no movimento revolucionário brasileiro” (Ferreira, 1969, párr. 3).

O texto indica que mesmo diante dessa derrota defendeu-se a permanência do projeto guerrilheiro. Nesse sentido, a ALN vivia no final de 1969 e começo de 1970 um paradoxo considerável. Ao mesmo tempo que estava sofrendo diversas derrotas que diminuía sua força militar, o grupo reafirmou sua metodologia e intensificou suas ações armadas, projetando como impulso a inevitabilidade da revolução.

Diante desse paradoxo, houve uma mudança decisiva para a ALN, de reorganização estrutural e até mesmo na concepção estratégica da organização, que além de perder Marighella, também teve destruídos 11 “aparelhos” e viu a prisão de 412 militantes.

Foi essa a conjuntura que Joaquim Câmara Ferreira encontrou quando regressou da Europa para assumir a liderança da ALN. Ferreira estava em missão na França, tratando de levar escritos do próprio Marighella e outros documentos da ALN para serem publicados na revista *Les Temps Modernes*, editada à época por Jean-Paul Sartre, filósofo francês. Ele assumiu o comando nacional do grupo, tendo regressado ao país após passar por Cuba, onde organizou a volta do 3º exército da ALN que estava realizando treinamento guerrilheiro (Rollemberg, 2001).

Seu objetivo principal passou a ser recuperar a organização, que enfrentava a baixa de diversos militantes presos ou mortos, e também uma recessão com relação às armas e dinheiro. Segundo Jacob Gorender, o agora líder da ALN estabeleceu três objetivos centrais: “conseguir a unidade da esquerda brasileira, providenciar o regresso ao Brasil dos combatentes no exterior e articular o pessoal fixado nas áreas de campo, com vistas ao relançamento da guerrilha rural” (Gorender, 2014, p. 220). A volta de exilados respondia a necessidade de aumentar a quantidade de militantes na organização, o que era fundamental do ponto de vista prático para que ela continuasse existindo.

Porém, a busca pelo “relançamento da guerrilha rural” indica a manutenção do objetivo de guerrilha no campo como sendo a fase decisiva da revolução. Esse propósito orientou o projeto guerrilheiro, mas nunca chegou a ser implementado e a ALN se perpetuou como um grupo que promoveu operações militares exclusivamente na cidade. Isso esteve relacionado com a força da repressão moldando a forma como o grupo conseguiu atuar. Assim, será apresentado e analisado um dos textos mais influentes escritos pelo fundador da ALN poucos meses antes de sua morte: o minimanual do guerrilheiro urbano.

A concepção política da ALN entendia que a guerrilha realizada na cidade era uma parte tática para instituir a fase decisiva da guerra revolucionária no meio rural. Por isso as ações no meio urbano seriam exclusivas para angariar condições materiais que garantiriam a sobrevivência da chamada fase estratégica da guerrilha.

Em dezembro de 1968, em texto intitulado *Quem samba fica, quem não samba vai embora*, assinado por Marighella e direcionado para “todos os revolucionários de São Paulo”, se observou como a função das ações no meio urbano são consideradas como complementares a guerrilha rural.

Outro gasto a se fazer é com a área estratégica. Esta área é mais importante que a cidade. É decisiva. A cidade é complementar. No caminho que seguimos no Brasil, não devemos deixar a cidade abandonada. Sem a cidade não haverá êxito na área estratégica rural. Mas a cidade trabalha para permitir o lançamento da área estratégica (Marighella, 1968, párr. 5).

Apesar de a guerrilha rural ser vista como central para fazer a revolução, não se pode deixar de notar a valorização que a cidade ganhou nesse registro. Essa valorização da luta na cidade é sintomática do processo que a ALN viveu, de intensas ações durante todo aquele ano em que se constituiu em uma rápida e forte ascensão do grupo. Ainda assim, as condições materiais não permitiam, segundo o documento, o lançamento da campanha no campo.

O manifesto demonstrava a intenção de trazer mais militantes para a organização, e essa entrada de membros deveria acontecer a partir da capacidade dos mesmos durante a ação guerrilheira, expressando o viés militarista existente dentro da organização nessa fase. Portanto, a função da luta na cidade pode ser entendida como uma forma de angariar fundos para a organização, ao mesmo tempo que possibilitava a entrada de mais pessoas na militância.

Outro aspecto dessa carta é a justificativa do porque a guerrilha no campo ainda não tinha sido implementada:

A Revolução não é coisa abstrata. Então continuamos lutando sem desfalecer, indo devagar até conseguirmos o que queremos. E um jogo de paciência, de decisão e de vontade. A persistência é a melhor qualidade do revolucionário. A questão do emprego de recursos obedece ao plano estratégico e não ao emprego de capital para manter e somente quando estas estão bem “azeitadas”, lançar o movimento rural (Marighella, 1968, párr. 6).

Justifica-se a necessidade de estar bem preparado quando lançar a fase tida como estratégica e se apressava em justificar a demora no lançamento da guerrilha rural. Mas o texto foi escrito no momento em que a guerrilha experimentava algumas importantes vitórias em ações realizadas no meio urbano, que representaram uma força para enfrentar o regime. Isso marcou a valorização das operações no espaço urbano e a luta no meio rural foi sendo paulatinamente adiada.

E o ápice da valorização da luta no espaço urbano aconteceu quando foi mimeografado pela organização o texto *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella. O livro, que tem o objetivo de servir como guia para todo o guerrilheiro atuar na luta armada foi constituído a partir da experiência do próprio líder da organização e dos demais integrantes, abordando o que dava certo e advertindo sobre os erros cometidos. Na biografia do líder guerrilheiro, Mário Magalhães afirmou que os diversos planos táticos apresentados na obra eram na verdade sistematizações

daquilo que a ALN vinha fazendo até meados de 1969 (Magalhães, 2012). Portanto, esse manual foi feito a partir da própria prática da organização desde que se lançou a luta.

Nessa obra, que foi finalizada em junho de 1969, não se deixa de defender em nenhum momento o projeto ideológico de lançar a luta no campo. Porém, por ser uma sistematização das operações realizadas até então, houve uma projeção extremamente forte do papel que a guerrilha urbana teria, uma vez que essas tinham sido as únicas atividades realizadas até então. Neste sentido, ao criar um manual baseado na trajetória trilhada até aquele momento e este ter servido de principal guia para os militantes da esquerda armada acabou por projetar a guerrilha urbana a uma esfera muito mais importante.

O texto originalmente se constituiu em 36 páginas mimeografadas escritas por Carlos Marighella entre agosto e setembro de 1969. Na primeira parte da obra o autor definia o guerrilheiro urbano, destacando o que ele fazia, contra quem lutava e quais eram as suas peculiaridades. Nessa última questão, salientou-se a diferença com os chamados delinquentes comuns e os “contra-revolucionários direitistas”. Em favor do guerrilheiro urbano, salientou-se sua ideologia de lutar em favor do povo, contra os interesses do governo, dos grandes capitalistas e dos imperialistas norte-americanos. Portanto, procurou inserir as ações armadas na cidade dentro de um quadro de luta muito maior, em favor da derrocada do regime militar e para construir a libertação nacional.

Já na segunda parte esteve presente a hierarquização das fases da guerrilha quando cita que “sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural é colaborar para a criação de um sistema totalmente novo” (Marighella, 1969, p. 3). A função da guerrilha na cidade de subsidiar a guerrilha rural pode ser sintetizada no seguinte trecho que elencava os objetivos da guerrilha urbana:

Assegurar aos guerrilheiros urbanos um máximo de liberdade de ação e movimento sem ter que evitar o uso de violência armada, permanecendo firmemente orientado até o começo da guerra de guerrilha rural e apoiando a construção de um exército revolucionário para a libertação nacional (Marighella, 1969, p. 13).

Nesse sentido, em nenhum momento houve a ruptura com o projeto de implementação da guerrilha no campo como necessidade revolucionária e a valorização da guerrilha urbana nesse momento esteve relacionada a projeção desproporcional dos roubos na cidade. Não foi aleatória a descrição feita por Marighella no tópico “O Assalto à Banco como Modelo Popular” (Marighella, 1969, p. 19). Nesse ponto foram destacadas as metodologias de como realizar um assalto a banco e quais seriam as funções desse tipo de ação, que foi a principal ação militar realizada pela ALN nos primeiros anos de atuação em São Paulo, obtendo enorme sucesso. Assim, o *Minimanual do guerrilheiro urbano* salientou as vitórias da organização e configurou uma memória que valorizou quase que exclusivamente os movimentos na cidade.

Portanto, ainda que no plano ideológico o foco ainda seja a luta no campo, a ALN acabou agindo como uma organização de luta urbana, fundamentalmente porque houve significativas vitórias nesse tipo de ação militar ao mesmo tempo que a publicação do minimanual consolidou esse tipo de luta no imaginário dos militantes e das organizações. Foi nesse contexto que ocorreram diversas ações de expropriação de bancos, que tiveram significativo êxito e junto com o assalto ao trem pagador, forjaram uma imagem vitoriosa para a organização. Além disso, a criação das guerrilhas nas áreas rurais requereria um forte esforço, uma vez que poucos grupos organizados da esquerda se faziam presentes nessas regiões agrárias e por isso o grupo seguiu atuando onde já tinha certa estrutura e poderia seguir com resultados positivos. Dessa forma, acabou se

constituindo em uma característica muito importante para a organização e certamente compôs a ideologia política da mesma.

Isso revela o quanto as táticas dessas organizações de luta armada foram impactadas pelas situações cotidianas de sua atuação, pois mesmo defendendo em todos os textos e manifestos o objetivo de lançar a campanha de guerrilha rural, as condições materiais acabaram impregnando de tal maneira a ALN que ela se constituiu em uma guerrilha urbana.

A ALN foi caracterizada pela historiografia como um grupo urbano (Saint-Pierre, 2000). Contudo, como foi reiterado aqui, o projeto revolucionário propunha claramente o campo como o lugar a ser desenvolvida a revolução. É nesse sentido que se busca problematizar as pesquisas sobre essas experiências políticas radicalizadas, tensionando a relação entre as concepções ideológicas e estratégicas a forma como ela se apresentou na prática de desenvolvimento da sua trajetória. Compreender as transformações da ALN em diálogo com a inflexão do próprio regime militar, revelou o quanto que as definições das táticas e estratégias de luta foram impactadas pela radicalidade da violência do dia a dia vivenciado pelos seus militantes, como a questão acerca do projeto de guerrilha urbana demonstrou de maneira exemplar. O desdobramento dessas transformações que a ALN passou é uma síntese sobre como o dia a dia da clandestinidade e da violência repressora do regime e da opção pelas armas acabou forjando novas concepções estratégicas, mediadas diretamente pelo que era possível naquele contexto histórico.

Nessa trajetória, é seguro afirmar que a partir de 1970, a ALN se tornou uma organização política de luta armada totalmente distinta daquela que começou as atividades em 1967, fazendo com que seja possível dividir a trajetória da guerrilha em duas fases de atuação. Uma que foi de 1967 até 1970 e outra que se iniciou a partir dessas transformações apontadas aqui, representando o modelo guerrilheiro do grupo até sua extinção em 1974. E essas transformações foram consequências das modificações internas pelas quais a própria Ditadura passou. Sendo assim, é notório que a constituição dos elementos que caracterizaram uma cultura política própria da esquerda radicalizada foram diretamente impactadas e moldadas pela própria repressão, e com isso é possível concluir que dentro de um horizonte de atuação extremo como é o da luta armada, sobra pouco espaço para questões estratégicas. Foi o violento e incerto cotidiano que acabou por forjar a forma pela qual o grupo se organizou.

E nessa crescente repressão em que a OBAN lograva êxito no desmonte dos grupos guerrilheiros, o ano de 1970 marcou uma renovação no que diz respeito as formas de realizar as ações revolucionárias, acontecendo uma aproximação crescente entre grupos guerrilheiros distintos. Por outro lado, também foi notório que esse contexto de inflexão do movimento guerrilheiro também foi marcado por dissidências importantes como foi o caso do surgimento da *Tendência Leninista*, que será analisada a partir de agora.

O caminho trilhado pela ALN a partir de 1969 de intensificar as ações na cidade como sendo um elemento de demonstração de força tornou-se, internamente, um ponto de discórdia que levaria a uma dissidência interna no grupo. No entendimento de um conjunto de militantes, o aprofundamento das ações militares teria levado o grupo a uma crescente militarização e isso teria sido responsável por criar um distanciamento entre as massas e os militantes adeptos da luta armada. Essa crítica articulou um conjunto de militantes da ALN, que já no exílio chileno, romperam com a organização e formaram o grupo conhecido como “Tendência Leninista”.

A Tendência Leninista (TL) foi formada no Chile em 1971 e utilizou a revista Debate para publicar um dos textos mais polêmicos sobre a luta armada brasileira (Rollemberg, 2007). O artigo intitulado *Uma autocrítica necessária* foi endereçado às lideranças da ALN e possuiu como tema central de

discussão o forte militarismo que abateu-se sobre a organização nos últimos anos. É um texto de 14 páginas que discorre sobre como a ALN teria tomado um caminho que a distanciou da esfera política, centrando sua atuação de modo exclusivo em ações militares.

O texto inicia-se com apontamentos sobre como os movimentos revolucionários no Brasil se distanciaram das massas e para corrigir o erro seria necessário que a organização modificasse sua estrutura e seus métodos de atuação, dando outra linha política a organização.

O documento faz uma espécie de balanço, buscando desconstruir dois supostos motivos que teriam afastado o movimento guerrilheiro das massas populares. O documento diz que: “Uma análise mais profunda da história e do desenvolvimento da ALN nos revela que os sérios golpes que recebemos não são somente devidos a um brutal sistema repressivo que a Ditadura Militar (...) pôs em prática” (Tendência Leninista, 1971, párr. 3).

Eles negam que o afastamento das massas e a inexistência de apoio popular ao projeto guerrilheiro estejam atrelados exclusivamente a repressão imposta pelas forças do regime. E seguem descontruindo outro fator explicativo: “Cremos também que está fora de cogitação o raciocínio simplista de que o surto de desenvolvimento econômico alcançado nos centros industriais do país no biênio 69/70 seja responsável pelo progressivo afastamento do povo do movimento de luta armada”. (Tendência Leninista, 1971, párr. 9).

Analisando os dois argumentos apresentandos pela TL é possível perceber como eles procuraram refutar as duas principais explicações correntes sobre o refluxo da luta armada depois de 1968. Dentro dos debates internos dos movimentos guerrilheiros, afirmava-se que a não adesão das massas ao projeto revolucionário estaria ligado ao “milagre brasileiro” do crescimento econômico que foi fortemente divulgado pelas campanhas publicitárias do regime, somado a brutal repressão que não permitia que os grupos atuassem (Rollemberg, 2007). A argumentação presente nesse documento da dissidência da ALN aponta para uma visão de autocrítica, conforme o título do texto indica.

Posteriormente, o documento aponta sua interpretação do problema, que era a linha militarista que o grupo rumou após 1968: “Apesar de, em palavras, os defensores da linha militarista apregoarem mecanicamente a necessidade de uma revolução de longo prazo, isso é, com a participação das massas, toda a sua prática demonstra o contrário (...)” (Tendência Leninista, 1971, párr. 11).

A Tendência Leninista aponta que a ALN perdeu sua política de contato com as massas. E isso seria resultado do “enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical, notadamente de estudantes, para a organização” (Tendência Leninista, 1971, párr. 13). Este trecho revela que para a TL, a ALN tinha deixado de lado os sujeitos revolucionários tendo em suas fileiras de militantes os estudantes ligados a burguesia.

Uma hipótese para interpretar esse posicionamento talvez seja a diretriz estabelecida por Marighella nos documentos fundadores da organização que destacavam a figura do operário e do camponês como sujeitos do processo revolucionário. Desse modo, a dissonância entre a concepção política formulada na sua fundação e o resultado prático apresentado na trajetória da ALN entre os anos de 1967 e 1971, foi um elemento que levou esses militantes da TL a questionarem os rumos da organização.

Mas não foi apenas o militarismo que foi criticado pela TL e entendido como o fator responsável pelo afastamento das massas. O documento cita que:

A intensa penetração ideológica das teses sistematizadas pelo intelectual francês Régis Debray principalmente entre os elementos originados na pequena burguesia radical. Nessas condições foi possível introduzir na organização o que denominamos o contrabando ideológico do debrayismo. É importante hoje em dia criticar a teoria debrayista porque apesar dos enormes prejuízos que causou ao processo da nossa revolução, contra ela são levantadas pelas organizações revolucionárias apenas críticas ‘técnicas’ quanto a viabilidade ou não do foco guerrilheiro (Tendência Leninista, 1971, párr. 23)

O trecho destacado atrela os dois problemas identificados pelo grupo dissidente: a entrada de militantes oriundos da “burguesia” e como essa entrada projetou uma interpretação equivocada da teoria foquista sistematizada por Régis Debray. Sendo assim, a TL não rompe com a radicalização, mas projetava recuperar o que eles chamam de sentido ideológico da revolução, se aproximando novamente daqueles sujeitos entendidos como revolucionários:

Em nossa opinião, nas condições brasileiras, somente a classe operária tem capacidade de dirigir e levar até o fim a luta pela derrubada da ditadura a fim de estabelecer um regime político que realize as tarefas de um programa nacional libertador democrático. (Tendência Leninista, 1971, párr. 29)

As proposições feitas por parte desse grupo de dissidentes são todas voltadas para realizar aquilo que eles chamam de política de massas. Um conjunto de tarefas para criar diálogo com a classe operária e contar com seu apoio direto e indireto na luta revolucionária. E para isso, eles defenderam outras formas de luta junto do viés armado:

Isto não quer dizer que a luta armada é a única forma de luta. Os marxistas-leninistas tem o dever de utilizar todas as formas de luta que possibilitarem seu contato com as massas visando despertar-las, mobilizar-las e organizar-las para revolução. A luta armada é a principal forma de luta e devemos utilizar todas as outras formas, inclusive a luta eleitoral. (Tendência Leninista, 1971, párr. 35)

Há uma sensível modificação nas concepções políticas e até mesmo nas estratégias revolucionárias propostas a partir das críticas realizadas por esse conjunto de militantes. E ao eleger o operário como sujeito revolucionário a ser mobilizado e destacar novas formas de luta a serem utilizadas em conjunto com a via armada, a Tendência Leninista preparou o terreno para anunciar o seu projeto de criação de um partido político novo, de orientação marxista-leninista.

A experiência dos povos que fizeram a revolução (...) evidencia a verdade universal do socialismo científico que sem o partido leninista de tipo novo não há condições de conduzir o processo revolucionário. Nas condições brasileiras a experiência dos últimos três anos mostra que não há a possibilidade de levar adiante a expressão mais elevada da luta de classes – a luta armada – sem um partido. (Tendência Leninista, 1971, párr. 38)

Com essa proposta de formação de um novo partido se concluiu os três pontos argumentados por parte da TL de quais caminhos a ALN deveria seguir. Seria necessário rever o militarismo e construir uma nova relação com as massas, principalmente com o operário. Para isso, outras

formas de luta em conjunto com a via armada seriam incorporadas, criando um partido novo capaz de mobilizar as camadas populares. É evidente o quanto esse conjunto de transformações sugeridos pelos militantes da Tendência Leninista vai de encontro com os princípios básicos projetados pela ALN.

A ideia da criação de um partido político foi atacada em diversos textos assinados por Carlos Marighella, que preconizava seu surgimento na própria luta guerrilheira e não criado a priori. O contexto de surgimento da organização revolucionária foi marcado pela crescente crítica direcionada ao Partido Comunista Brasileiro que foi identificado por parte dos militantes de esquerda no Brasil como um dos culpados para a efetivação do Golpe de Estado de 1964, seja pelo imobilismo político representado pelo partido, seja pela sua aliança com as classes dominantes (Gorender, 2014). Nesse sentido, a proposta de criação partidária foi um elemento de ruptura desses militantes com aquilo que pode ser caracterizado como uma ideologia própria concebida dentro da ALN, marcando assim uma dissidência com o projeto revolucionário.

Os significados dessa crítica elaborada pela TL e sua proposta de formação do partido podem ser amplos. Longe de oferecer uma explicação estanque, será apresentada algumas hipóteses interpretativas que devem ser investigadas posteriormente. O primeiro ponto a ser trabalho é sobre os caminhos que levaram o grupo a projetar esse novo caminho para a Revolução.

Esse texto, conforme foi dito anteriormente, foi escrito durante o exílio desse grupo de militantes no Chile em 1971. Diante disso, a primeira hipótese a ser levantada é sobre a relação entre o ambiente vivenciado por esses militantes e a proposta política dos mesmos.

No período em que a Tendência Leninista escreveu esse texto, o Chile era governado por Salvador Allende e pela ampla articulação da esquerda chilena em torno da Unidade Popular, a UP. O governo Allende representou a vitória da chamada *via democrática* para alcançar o socialismo, corrente política bastante distinta dos grupos de luta armada, que travou uma espécie de debate pela hegemonia da metodologia revolucionária na América Latina (Winn, 2009). Observando o destaque dado a relação com as massas e ao crescente militarismo dentro da ALN, esse ponto se resalta ainda mais, pois a UP representou uma possibilidade de forte aliança entre grupos políticos e contava com considerável apoio das massas chilenas. Nesse sentido, a união entre as experiências das derrotas sofridas na luta guerrilheira, a condição do exílio que levava a reflexão sobre as experiências de luta a incidência da via democrática que representava, à época, uma forte vitória das esquerdas pode ter sido importante para compor esse novo quadro do pensamento ideológico representado pela Tendência Leninista.

Essa hipótese não significa necessariamente uma relação estanque entre a cultura política latente em um determinado ambiente e as proposições políticas realizadas por um grupo que vivenciava tal cultura, mas talvez uma possibilidade para que esses militantes que experienciavam o exílio pudessem permanecer em luta. O exílio, longe de significar um hiato no tempo e no espaço da militância, surge aqui como um ambiente propício para que a luta pudesse continuar, ainda que adaptações diante das necessidades fossem feitas. Maria Claudia Badan Ribeiro argumenta que o exílio para uma grande parcela de militantes, não foi vivido como uma capitulação, mas antes como uma trincheira de luta (Ribeiro, 2016).

Partindo desse pressuposto, parece ser pertinente interpretar que as críticas formuladas por esses militantes dissidentes e a proposta apresentada por eles se enquadra nas possibilidades existentes dentro do que era vivenciado no Chile, que possuía um governo socialista, democrático e cuja construção política e consolidação no poder foi feita utilizando das estruturas partidárias. Somado a isso, o horizonte de expectativa desses militantes parecia ser a de permanecer no Chile e construir o Partido a partir de lá.

O segundo ponto a ser debatido é o quanto o texto *Uma autocrítica necessária* suscitou uma reflexão tão profunda, carregado de respostas e debates em torno de diferentes pontos e o quanto isso pode ter potencializado uma determinada interpretação da luta armada no Brasil.

Após ser direcionado aos membros da ALN que ainda estavam na luta, o texto *Uma autocrítica necessária* foi publicada na Revista DEBATE que circulava no Chile e na França, resultado de um esforço de João Quartim de Moraes de articular os exilados franceses a partir de 1969. Sua publicação no periódico ocorreu em setembro de 1971, no número 7 da revista. Dali até a edição número 12, que circulou no ano de 1973, a revista praticamente se concentrou nas discussões sobre as perspectivas colocadas pela Tendência Leninista (Pezzonía, 2011).

4. Conclusões.

Diante desse amplo debate suscitado pela circulação desse texto, outras hipóteses podem ser levantadas para que se possa entender a sua importância também como vetor de uma memória sobre a luta armada. Conforme foi abordado anteriormente, toda a argumentação do texto *Uma autocrítica necessária* partia do ponto de vista de que houve um distanciamento entre os grupos guerrilheiros e a massa. Esse distanciamento seria um dos motivos para as derrotas representadas pela morte de Carlos Marighella e pela prisão de centenas de membros da ALN até aquele momento. Para explicar esse afastamento das massas, a Tendência Leninista apontava para a militarização da organização guerrilheira, provocada pela entrada de jovens estudantes das classes médias.

Chama a atenção que essa argumentação foi posteriormente trabalhada em diversas produções historiográficas que se debruçaram a interpretar o fenômeno da luta armada no Brasil. Mais de uma geração de historiadores de diferentes campos historiográficos partilharam, de algum modo, dessa interpretação para a derrota do projeto revolucionário das organizações de esquerda (Rollemberg, 2007; Gorender, 2014 e Ridenti, 2010). Nesse sentido, o documento *Uma autocrítica necessária* se torna muito importante na trajetória das organizações de luta armada pois foi ali que essa interpretação apareceu pela primeira vez.

No entanto, à época de sua publicação, esse texto foi duramente criticado por diversos setores da esquerda. Uma das respostas mais contundentes foi assinada por João Silva, militante do Grupo Tático da ALN e que cumpria função de liderança nas ações armadas do grupo durante o ano de 1971. O documento tem a extensão de 20 páginas que abordam diretamente as críticas apresentadas pela Tendência Leninista, rejeitando-as na sua totalidade e desqualificando os militantes que a elaboraram. As críticas foram rejeitadas porque uma vez que tais militantes não estavam mais atuando na luta armada, eles não poderiam refletir sobre ela, que deveria nascer de uma relação entre teoria e prática. Como uma espécie de síntese dessa desqualificação, é escrito que: “Onde está a luta teórica tão apregoada por estes senhores que fogem ao debate onde ele se torna fundamental?” (Silva, 1971, párr. 3).

O lugar fundamental para a luta teórica era a própria guerrilha e assim esse documento questiona *uma autocrítica necessária*, partindo do ponto de vista de que, como os militantes não estão mais na luta armada, eles não podem teorizar ou definir a linha política da organização. Nesse sentido, mesmo diante das rupturas apresentadas pela dissidência do grupo dos 28 e da Tendência Leninista, a ALN manteve sua atuação segundo sua concepção projetada na inevitabilidade da revolução via movimento armado.

A resposta elaborada pelo Grupo Tático Armado demonstra que entre os anos de 1971 e 1973 não houve um consenso entre os militantes sobre a necessidade de revisão das ações guerrilheiras.

Sequer houve um consenso sobre esse afastamento das massas. Sendo assim, uma hipótese a ser levantada é o quanto o documento *Uma autocrítica necessária* pode ter sido o vetor de uma memória acerca da experiência da luta armada que acabou se consolidando como uma chave interpretativa desse fenômeno, potencializada pela repercussão, inclusive internacional desse documento, já que ele foi divulgado e debatido nas páginas da DEBATE. Autores como Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg estruturaram suas interpretações sobre o fenômeno da luta armada a partir do entendimento de que a derrota desse projeto esteve diretamente relacionada a inexistência de uma base sólida de apoio entre as massas. De modo geral, esses autores consolidaram uma interpretação de que o projeto revolucionário das esquerdas nos anos 1960 e 1970 fracassou porque os militantes não conseguiram conquistar o apoio da população. Não descartamos essa hipótese explicativa. Apenas queremos ressaltar que de alguma forma essa interpretação nasceu dentro de um grupo específico de militantes, enquanto outros não concordaram com essa interpretação. Historicizar esse processo de reflexão nos parece um caminho profícuo para lançar luz sobre novas perspectivas.

Isso não significa dizer que a desconexão com as massas e o crescente militarismo das organizações guerrilheiras não seja um dos aspectos que explicam as derrotas da luta armada. No entanto, é preciso chamar a atenção para a necessidade de desnaturalizar certas interpretações hegemônicas que tomaram conta da historiografia sobre o tema para que novas interpretações possam surgir com o intuito de aprofundar o debate sobre a luta armada e lançar luz em certos aspectos que permaneceram silenciados até hoje, à despeito da intensa produção sobre o tema.

Para esse processo de desnaturalização, alguns caminhos podem ser indicados. As trajetórias das organizações guerrilheiras são processos dialéticos, mediados entre os postulados políticos das organizações e a esfera do possível, diante de um regime autoritário como foi o caso da Ditadura Militar no Brasil. Nesse sentido, é necessário um esforço metodológico capaz de tensionar esses dois lados a partir da compreensão do cotidiano violento, radical e imprevisível da luta armada. Assim, a experiência das organizações guerrilheiras não estarão nem nos documentos produzidos pelas organizações, nem naquilo que elas efetivamente fizeram, mas sim na síntese entre esses dois lados.

Ainda nesse processo de renovação metodológica, é fundamental que os documentos analisados sejam historicizados para que se possa compreender os objetivos da escrita desses documentos e quais diálogos ele suscitou dentro da militância e mesmo na articulação com os sujeitos externos, seja para os potenciais aliados, seja para os inimigos. Nesse sentido, a própria análise feita na primeira parte desse artigo é uma possibilidade metodológica ancorada nesse pressuposto.

Mas se o esforço metodológico na análise e interpretações de fontes é fundamental para essa renovação, ainda mais fundamental é a construção de um olhar teórico novo, que seja capaz de interpretar o fenômeno da luta armada como uma experiência traumática, silenciada no debate público brasileiro e desse modo, recalcada no campo político e historiográfico. Só será possível construir interpretações distintas se o historiador e a historiadora que se debruçar sobre esse tema o fizer a partir de um novo olhar teórico, que não enfrente a luta armada como um objeto estanque no passado, mas sim como um fenômeno político que continua no presente por meio de diversas camadas de temporalidade. Cabe aos historiadores desassossegarem o olhar para que novas interpretações sejam possíveis.

Referências

- Badan Ribeiro, M. C. (2016). As redes políticas de solidariedade na América Latina. *Revista Tempo E Argumento*, 8(17), 311-349. <https://doi.org/10.5965/2175180308172016311>
- Chilcote, R. H. (1982). *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972*. Graal.
- Cruz, F. L. da. (2010) *Frente brasileiro de informaciones e campanha: os jornais brasileiros exilados no Chile e na França (1968 – 1979)*. Universidade de São Paulo.
- de Castro Palhares, C., & de Moraes Cicero, P. H. (2020). Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil: a ALN e sua natureza “anti-estadunidense”: Or stay the homeland free or die for Brazil: the ALN and its “anti-USA” nature. *Brazilian Journal of International Relations*, 9(2), 272-297. <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2020.v9n2.p272-297>
- Del Roio, M. (1998). Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In M. Ridenti, (Org.) *História do marxismo no Brasil*, v. 5. *Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. (pp. 11 – 72). Editora da Unicamp.
- Dória, C. A. (1998). O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In J. Moraes (Org.) *História do marxismo no Brasil*. v. 3. *Teorias. Intepretações*. (pp. 201 – 244) Editora da Unicamp.
- Dos Santos, L. S. (2009). Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o PCB e a “questão camponesa”. (1927-1947). *Revista IDEAs*, 3(2), 1–36. <https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/14>
- Faria, F. G. (2018). *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ANL e PC do B (1962-1979)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense.
- Ferreira, A. L. (2004). *A Extrema Esquerda brasileira e a Revolução Cubana (1959-1974)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.
- Ferreira, J. *Marighella: vida e ação criadoras*. Cedema.
- Fico, C. (2004). *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Record.
- Gorender, J. (2014). *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular.
- Joffily, M. (2012). *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975)*. Arquivo Nacional/Edusp.
- Karepovs, D. (2006). *A classe operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. Alameda.
- Löwy, M. (org). (2006). *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Perseu Abramo.
- Magalhães, M. (2012). *Carlos Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. Cia das Letras.
- Marighella, C. (1968) *Minimanual do guerrilheiro urbano*. Edição do autor.
- Marighella, C. (1968). Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil. Cedem/Unesp.
- Marighella, C. (1968) Carta ao comitê central. Cedem/Unesp.
- Marighella, C. (1967) Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo. Cedem/Unesp.
- Mattos, M. A. V. L. (2002). *Em nome da segurança nacional: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo.
- Napolitano, M. (2014). 1964 *História do regime militar brasileiro*. Contexto.
- Oliveira, E. R. de. (2017). Metamorfoses políticas na esquerda brasileira. *Faces Da História*, 3(1), 159-181 <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/397>
- Pezzonina, R. (2011). *Revolução em debate: o grupo Debate, o exílio e a luta armada no Brasil (1970-1974)*. Universidade Estadual de Campinas.
- Reis, D. A. (1990). *A Revolução Faltou ao encontro*. Brasiliense.
- Ridenti, M. (2010). *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Unesp.

- Ridenti, M; Reis, D. R. (Orgs) (2007) *História do marxismo no Brasil. Vol. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960*. Editora da Unicamp.
- Rollemberg, D. (2001). *O Apoio de Cuba à Luta Armada do Brasil*. Mauad.
- Saint-Pierre, H. L. (2000). *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. UNESP.
- Sales, J. R. (2007). *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. Perseu Abramo.
- Silva, J. (1971). *Documento Sem título*. Cedem/Unesp.
- Tendência Leninista. (1971). *Uma autocrítica necessária*. Cedem/Unesp.
- Winn, P. (2009). *A revolução chilena*. UNESP.

AUTOR

Carlos Eduardo Malaguti Camacho. Doutorando em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural de São Paulo. Mestre em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp. Integrante do grupo de Pesquisa História e historiografia das Américas da Universidade Federal de São Paulo. Professor de História do ensino básico na rede privada de São Paulo.